

**II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS,  
SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”**

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

**FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO EDUCATIVA: RELAÇÕES ENTE INSTITUIÇÕES.**

**Autor:** Claudemir Dantes da Silva.

**Coautora:** Magda Sarat

Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD.

claudantes@gmail.com

magdasaratufgd@hotmail.com

**Orientadora:** Magda Sarat

**Resumen:**

Este trabajo presenta de forma general nuestra propuesta de pesquisa para la obtención del título de mestre em educação, en el programa de pós-graduação en nível de masterado en educação de La UFGD- Universidad Federal de La Grande Dourados. El título del proyecto es: Família y Educación Infantil; Relaciones entre Instituciones. Tiene como principal objetivo discutir las relaciones de interdependência entre ambas instituciones que, a los lejos de La historia fueron modificando-se y asumiendo nuevas funciones. Durante la pesquisa empírica y por médio de análisis de los datos cosechados procuraremos también discutir si la institución de atendimento a las criaturas pequeñas, en algunas medidas (des) funcionalisa a las familias, por lo tanto, buscaremos conceptuar a la familia en el contexto actual, bien como el lugar de la institución educativa en la educación de las criaturas pequeñas. El principal referencial teórico que dará sustentación al trabajo es del sociólogo alemán Norbert Elias con quien procuraremos dialogar sobre los conceptos de “interdependência y poder” presentes en las relaciones entre los objetos de investigación. La pesquisa será cualitativa y utilizara como método cosechas de datos y la técnica de entrevistas y cuestionários. seran también analizados los documentos produzidos em las dos instituciones de educación infantil pesquisadas, tales como acta de reunión de los padres, Proyecto Político Pedagógico y Regimiento Interno. Al “final” de La pesquisa pretendemos conprender um poço más como son construídas cotidianamente las relaciones entre las dos

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

instituciones y cual el lugar de ambas en el proceso de cuidados y educación de las criaturas pequeñas.

**Palabras claves:** Interdependência, Família, Infância.

### **Resumo:**

Este trabalho traz de forma geral uma proposta de pesquisa para a obtenção do título de mestre em educação, no programa pós-graduação em nível de mestrado em educação da UFGD- Universidade Federal da Grande Dourados. O título do projeto é: Família e Educação Infantil; Relações entre Instituições. Tem como principal objetivo discutir as relações de interdependência entre ambas as instituições que, ao longo da história, foram se modificando e assumindo novas funções. Durante a pesquisa empírica e por meio da análise dos dados coletados procuraremos também discutir se a instituição de atendimento à criança pequena, em alguma medida (des) funcionaliza as famílias, para tanto, buscaremos conceituar a família no contexto atual, bem como o lugar da instituição educativa na educação da criança pequena. O principal referencial teórico que dará sustentação ao trabalho é do sociólogo alemão Norbert Elias com quem procuraremos dialogar sobre os conceitos de ‘interdependência’ e ‘poder’ presentes nas relações entre os objetos de investigação. A pesquisa será qualitativa e utilizará como método de coleta de dados a técnica de entrevista e questionário. Serão também analisados os documentos produzidos nas duas instituições de educação infantil que serão pesquisadas, tais como atas de reunião de pais, Projeto Político Pedagógico e Regimento interno. Ao ‘final’ da pesquisa pretendemos compreender um pouco mais como são construídas cotidianamente as relações entre as duas instituições e qual o lugar de ambas no processo de cuidado e educação das crianças pequenas.

Palavras chaves: Interdependência; Família; infância.

**Família e Instituição Educativa: Relações entre instituições**

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Este trabalho refere-se a uma pesquisa de mestrado em andamento, que está vinculada a faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados-Brasil. A proposta é discutir as relações entre duas instituições; a infantil de atendimento a criança e a família, buscando perceber as relações de interdependência existentes entre ambas, especialmente no que está relacionado aos cuidados e educação das crianças.

Embora atualmente as relações entre a família e a ‘escola’ contem com um volume considerável de produções, sabemos que muito ainda precisa ser explorado, na tentativa de buscarmos a compreensão de como são construídas cotidianamente ‘as relações de interdependência entre a instituição educativa e as famílias’, nosso objeto de pesquisa. Para tanto procuramos conceituar as instituições de que estamos falando e como estas foram sendo transformadas e caracterizadas ao longo da história. Também comentar brevemente sobre os principais conceitos teóricos presentes no problema de pesquisa e que serão esmiuçados a partir do diálogo com a teoria sociológica de Norbert Elias.

Entre as duas instituições há um importante elemento em comum; a criança, diante disso ressaltamos que quando pensamos nas crianças não mais as caracterizamos como ‘pequenos adultos’, mas como nos coloca (Elias 1998, p.27):

Trata-se de algo a mais. Talvez se pudesse denominar como uma necessidade que as crianças têm de viver sua própria vida, uma maneira de viver, em muitos sentidos, distinta do modo de vida dos adultos, apesar de sua interdependência com estes. Descobrir as crianças significa em última instância dar conta de sua relativa autonomia.

Elias (1988) destaca que as crianças possuem características peculiares e junto aos seus pares formam um grupo com uma cultura específica. Quando pensamos sob tal perspectiva, consideramos, parafraseando o teórico, que estas vão tornando-se adultas individual e processualmente.

A Constituição Federal Brasileira Brasil, (1988), ao garantir as crianças acesso a educação infantil em espaços adequados, nos possibilita mais uma vez dialogar com o

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

sociólogo, quando afirma que ao pensarmos nas necessidades das crianças, as respeitamos em seu caráter individual e isso é um direito humano. Dessa forma podemos concluir que a partir do momento, em que os direitos desse grupo social passaram a ser garantidos por meio da legislação um grande passo foi dado rumo a valorização da cultura infantil e de suas especificidades.

A educação infantil vem sendo discutida por muitos pesquisadores principalmente por que na atualidade algumas das características, que antes da Constituição Federal de 1988, eram constantes, com destaque para o assistencialismo, estão sendo repensadas e as instituições de atendimento a criança, apoiadas em documentos oficiais como a própria Constituição Federal, diretrizes, resoluções e referenciais vem tornando possível a ampliação do olhar direcionado às crianças entendendo-as como sujeitos não apenas produzidos pelas culturas, mas produtores desta.

No Brasil as instituições de atendimento a criança a partir da década de 1960, tinham a atenção voltada apenas para os cuidados, especialmente com a saúde e alimentação. Naquele momento histórico as mulheres estavam ampliando sua entrada no mercado de trabalho e como consequência, as famílias estavam se reestruturando, de modo a adequarem-se a ‘nova’ realidade.

Em decorrência disso surgiu a necessidade de espaços onde as crianças das classes mais pobres pudessem permanecer enquanto os pais trabalhavam. A realidade das classes trabalhadoras, em grande medida enfatizou, ainda mais, a instituição de atendimento a criança, como compensatória às carências que poderiam ser originadas a partir da ausência, especialmente das mães, na educação da criança, cuidando e atendendo as necessidades básicas das mesmas, transmitindo valores, principalmente morais, que até então era dever da família. A propósito ao falar sobre as funções da família no contexto atual percebemos que as mudanças ao longo da história podem ter acarretado à esta instituição a perda de sua função principal, educar as crianças. Podemos refletir sobre isso, mais uma vez, a partir do diálogo com o texto ‘Civilização dos pais’, onde Norbert (Elias 1980, p.490) faz a seguinte afirmação:

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

A família não pode ser vista como uma figuração autônoma dentro de uma figuração mais ampla da sociedade-Estado. Ao longo dos séculos a última tem assumido um número cada vez maior de funções, que antes recaiam sobre o grupo familiar (...), hoje em dia as atividades são realizadas cada vez mais fora do âmbito familiar. A atenção para os doentes e velhos antes, para o bem ou para o mal, se encontrava nas mãos da família, agora boa parte dessas funções são assumidas por instituições públicas (...) o desenvolvimento até o Estado de bem estar também tem reforçado a relativa independência dos jovens frente a seus pais. Mesmo em tempo de desemprego, para muitos jovens, o subsídio para desempregados representa uma proteção contra o pior, quem os protege da necessidade mais extremas é o Estado e não mais a família.

De acordo com a afirmação entendemos que, embora o texto de Elias tenha sido escrito já há algumas décadas, a realidade que observamos em nosso contexto atual é a mesma apresentada pelo teórico. As famílias não mais assumem sozinhas, a responsabilidade sobre os seus, assim sendo, podemos pensar que a escola e as instituições de atendimento as crianças pequenas, que, no caso da cidade onde desenvolveremos a pesquisa, são chamadas de Centros de educação Infantil, em certa medida podem (des) funcionalizar as famílias. O que obviamente não minimiza nas mesmas a sua importância social, pois ainda prevalecem as trocas afetivas e emocionais, presentes entre os meus membros.

É importante destacar que a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no Brasil, se deu ainda como reflexo da revolução industrial na Europa e reforçou também a fragmentação da função da família, conforme (Sarat 2009, p. 16):

Tal evento retira as mulheres do trabalho doméstico e as lança no trabalho fora de casa (...) criando a necessidade de instituições de atendimento para as suas crianças. A educação antes realizada em casa pela família no espaço doméstico passa a ser tarefa institucional, sendo as crianças responsabilidade das diferentes formas de atendimento que se inauguram ainda no século XVIII e de forma mais ampla, no século XIX na Europa, e no Brasil em finais do século XIX e início do século XX.

As instituições de atendimento à criança pequena mantiveram características assistenciais durante muito tempo, ficando a cargo das entidades filantrópicas, que

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

contavam com apoio governamental, por meio de convênios. Embora as crianças tenham, ao longo da história, conquistado crescente espaço social, sabemos que nem sempre foi esse o quadro apresentado. Foram necessárias grandes e morosas transformações históricas, sociais e culturais Ariés, (1981). Com as mudanças ocorridas na sociedade surgiram espaços de atendimento a criança, que com o passar do tempo tiveram que ser aprimorados, de modo que pudessem atender qualitativamente os pequenos, embora o conceito de qualidade tenha sido também burilado processualmente, Conforme (Khulmann,1998, p.77):

No Rio de Janeiro foi criado por Arthur Moncorvo filho o Instituto de Proteção à Infância, que objetivava atender as mães desempregadas, pobres, prestando assistência principalmente aos recém-nascidos. Outras instituições apareceram neste período como o Instituto de Proteção e Assistência a Infância e o Departamento da Criança que, além de fiscalizar as instituições de atendimento à criança, também coíbiam o trabalho voluntário daqueles que cuidavam, de maneira precária, dos pequenos.

O movimento para a criação de espaços adequados para as crianças surgiu em condições similares àsquelas da Europa. Com a expansão das indústrias e a entrada da mulher, em larga escala, no mercado, surgem movimentos de trabalhadores reivindicando instituições onde pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. Algumas fábricas inclusive criavam escolas, para que as mães trabalhassem com mais tranquilidade. Segundo Haddad, (1993, p. 37): “Os movimentos feministas tiveram forte influência nas transformações que ocorreram na forma do atendimento das instituições de educação infantil, se antes era direcionado aos extratos mais pobres, o atendimento começa a ser para todas as mulheres, não levando em consideração as condições econômicas” e, conforme Paschoal (2009), “diante disso a inserção governamental passa a ser maior, na década de 1970”.

Na década de 1980 a educação das crianças pequenas começa a ser discutida por um grupo maior de pessoas; da sociedade civil, de pesquisadores, além de organizações não governamentais, dentre outros segmentos. As lutas eram em favor de espaços adequados o que acarretaria uma educação de maior qualidade. A partir dessa

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

movimentação social é que em 1988 a educação da criança pequena passa a constar na Constituição Federal Brasileira, sendo, portanto, respaldada legalmente.

Com a Constituição Federal do Brasil, (1998), o Estado passou efetivamente a assumir a educação da criança pequena. Em seu artigo 208, inciso IV, estabelece como (...) “dever do Estado; educação infantil em creche e pré-escola, às crianças de até cinco anos de idade”. Se considerarmos a história veremos que foi um longo período até que as crianças fossem consideradas ‘sujeitos de direitos’, o que pode se considerar uma morosa, porém significativa conquista. As creches, que embora já contassem com recurso de órgãos de assistência social do governo passaram a ser de responsabilidade da secretaria de educação, que por sua vez, atribuiu a esses espaços, não apenas funções relacionadas aos cuidados, mas também com características educativas.

Ainda numa progressiva ascensão, no que se refere à conquista de ‘direitos’, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA- lei nº 8069/90 e a Lei de Diretrizes e bases da Educação LDB, lei 9394/96. O primeiro documento tornou-se referência, pois é a garantia legal de que as crianças e os adolescentes devem ser respeitados enquanto seres humanos devendo ter possibilitadas as condições necessárias ao seu ‘desenvolvimento integral’. O segundo documento normatiza a educação, inserindo a educação infantil, como o primeiro nível da educação básica e determinando que para atuar neste nível da educação os profissionais devem ser qualificados. Em seu artigo 29 estabelece: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” Brasil/LDB, (1996).

Muitos foram os documentos criados com o intuito de direcionar os trabalhos pedagógicos nas instituições de atendimento à criança pequena. Dentre eles podemos citar os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil RCNEI (1998), que propõem eixos de conhecimento a serem trabalhados e também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil DCNEI, (2009), apontando que a educação das crianças pequenas deve privilegiar, conforme artigo 3º, os patrimônios:

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Todos os saberes que emergem a partir de tais patrimônios possibilitam a formação integral da criança de 0 a 5 anos de idade.

Refletir sobre a história da educação da criança no Brasil possibilita caracterizar também as instituições de atendimento à criança na atualidade, como sendo espaços de socialização e que buscam atender as necessidades básicas, de cuidados e educação, inserindo também as famílias neste processo. Acreditamos que por ser uma temática de relevância social justifica-se a proposta desta pesquisa, que certamente contribuirá para o debate acerca das relações entre duas instituições que se modificaram ao longo da história, mas que mantem notadamente sua importância: a família e a instituição educativa de atendimento à criança pequena.

Nossa pesquisa estabelecerá diálogo com a teoria sociológica de Norbert Elias enfatizando o conceito de interdependência para tanto é necessário explicá-lo a luz de tal teoria.

Segundo Elias a sociedade é composta por uma teia de interdependências, ou seja, o “social é concebido como um sistema de relações entre grupos e indivíduos interdependentes” (Elias, 1994, p.).

E continua:

O entrelaçamento das dependências dos homens entre si, suas interdependências, são o que os ligam uns aos outros. Como os homens são, inicialmente, por natureza e mediante o aprendizado social, mediante a educação, mediante a socialização, mediante as necessidades despertadas socialmente, mais ou menos, mutuamente dependentes entre si, então eles, se é que posso falar assim, só existem enquanto pluralidade, apenas em figurações, (Elias1994, p.28).

O que Elias destaca é que os indivíduos, por meio de suas relações vão estabelecendo interdependências inevitáveis. Quando utilizamos esse conceito em nossa discussão nos propomos a investigar como essas relações se estabelecem entre a instituição de atendimento a criança, no caso, dois centros de educação infantil públicos

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

e a família. Ao esmiuçar essas relações pretendemos também discutir se a instituição educacional pode ou não tirar da família suas funções.

Segundo (Elias, 1980, p.470) “as crianças ainda representam um desafio para os pais, já que devem, desde muito cedo, procurar meios de adequá-las, ajustá-las à sociedade, que ‘exige alta medida de previsão e autocontrole”.

Continuando a reflexão o sociólogo aponta que:

Em tempos passados e frequentemente até o presente, a relação entre pais e filhos tem sido claramente uma relação de dominação, uma relação onde algumas pessoas mandam e outras obedecem. Desse modo, esse tipo de relação também era objeto de prescrições e normativas e os implicados concebiam seus vínculos nesses termos. Com uma relação de dominação caracterizada por uma distribuição das oportunidades de poder claramente desigual entre pais e filhos, as condutas exigidas dos implicados eram relativamente simples e claras. Aos pais, na realidade, correspondiam todas as decisões sobre as ações das crianças, além disso, era estipulado como norma social, que essa distribuição das oportunidades de poder- ordem dos pais, submissão das crianças, era boa, correta e desejável, (Elias, 1980, p.470).

Cabia, portanto, aos pais o poder de decisão sobre os filhos, as relações eram, em grande medida, desiguais, já que os pequenos eram totalmente dependentes dos pais. Essa afirmação foi posteriormente problematizada pelo próprio Elias, quando admitiu que também as crianças exercem poder sobre os pais, especialmente nos dias de hoje, já que é perceptível a ampliação do espaço social conquistado por estas e que reflete no interior das famílias. Elias chama essa mudança nas relações entre pais e filhos, de período de transição. “Encontramo-nos em um período de transição no qual as relações entre pais e filhos mais antigas, estritamente autoritárias e outras mais recentes, mais igualitárias, coexistem e ambas as formas, frequentemente encontram-se misturadas dentro das mesmas famílias”. (Elias, 1980, p.471).

Ao refletirmos sobre a atualidade, dialogando com Elias (1980) perceberemos que algumas famílias mudam a sua organização interna, em função a chegada de uma criança, que por vez, expressa seus desejos por meio de diversas formas de linguagem, porém há uma discussão bastante interessante e que também estará presente na

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

pesquisa, a ideia de (des) funcionalização. Atualmente a família sozinha não mais pode ser responsabilizada pela transmissão às crianças, de conhecimentos necessários a uma adequação social harmônica. O autor então começa a discutir o papel do Estado junto às famílias que, por meio da escola, assume a educação da criança, ficando as famílias, por sua vez, (des) funcionalizadas.

Nesse ponto ao pensar nas instituições de atendimento a criança pequena com olhar mais crítico perceberemos que estas assumem responsabilidades que antes eram puramente familiares. É justamente nesse sentido que falamos de (des) funcionalização. É necessário considerar que à educação infantil cabe a ampliação e construção de conhecimentos de mundo necessários à vida das crianças em complementariedade à ação familiar, porém há uma hipótese de que algumas famílias, devido a uma série de fatores, não apresentam as condições mínimas para que isso se concretize também no seu âmbito, logo estas não são (des) funcionalizadas, mas sim funcionalizadas, já que caberia ao Estado preparar as crianças para a inserção na sociedade adulta de forma profícua. Oportunamente discutiremos o conceito de família na atualidade e apontaremos causas prováveis de tal afirmação.

Só recentemente a Educação Infantil no Brasil foi reconhecida como etapa da educação básica, conforme a LDB- Leis de Diretrizes e Bases da Educação, Brasil, (1996), artigo 29, “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. A educação da criança deve ser feita, tanto pelo centro de educação infantil, quanto pela família em complementariedade. Não se podem pensar os trabalhos isolados, já que em comum está a criança.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Brasil, (2009), em seu Artigo 7º, inciso II, reforçam o texto da LDB afirmando que:

“(…) as instituições de educação infantil devem assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e o cuidado das crianças com as famílias”. Também em seu Artigo 8º, § 1º, inciso III, nos coloca que tais instituições “devem

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

prever condições para a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização”.

A relação entre as famílias e o centro de educação infantil é hora marcada pela cumplicidade, hora pelo conflito. Tal ambiguidade é percebida, tanto pela experiência empírica, construída a partir de nossa prática pedagógica e de conversas informais, com professores e coordenadores (as), de Centros de Educação Infantil públicos de Dourados/ MS e também a partir das leituras que temos feito. Ainda há uma ideia assistencialista, que relaciona à função da instituição de atendimento a criança, apenas aos cuidados. Alguns pais desconhecem que o “educar” também passou a ser uma das atribuições dessas instituições.

Por outro lado percebemos também que algumas instituições de atendimento a criança oportunizam poucos momentos para participação das famílias e que a maior parte fica restrita às datas comemorativas, porém o que fica implícito, na verdade é que alguns professores não gostam da presença dos pais, principalmente dentro da sala de atividades, conforme Henriques, (2009): “os profissionais questionados pensam que: a escola deve estar aberta aos pais, mas essa abertura deve ter regras e limitações; especialmente quando convidados pela escola e nunca impondo sua presença”. Tal fala evidencia a distância que, em alguns casos, existe entre as duas instituições e podem terminar maximizando situações de conflito.

Diante disso e considerando que, embora existam os conflitos, a criança é de interesse comum para ambas as instituições, esta pesquisa se propõe a discutir como se configuram as relações de interdependência entre a instituição de educação infantil e a família buscando identificar, para além disso, em que medida a educação infantil pode ou não (des) funcionalizar as famílias.

Na tentativa de dar respostas aos questionamentos levantados por esta proposta de estudo se fará uma pesquisa de campo de natureza qualitativa. Haverá visitas as Instituições de educação infantil escolhidas para desenvolver a pesquisa; dois Centros de Educação Infantil Municipal, da cidade de Dourados, Mato Grosso de Sul, Brasil, que atualmente atendem cerca 180 crianças, de 4 meses a 5 anos e também as famílias

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

escolhidas para participar da pesquisa. Estas instituições foram escolhidas, devido ao quantitativo de crianças matriculadas e pela localização geográfica, pois se encontram na periferia da cidade de Dourados e atendem a vários bairros. Em relação à pesquisa qualitativa, segundo (Triviños, 1995, p. 129)

Busca captar não só as aparências do fenômeno, mas também sua essência. Busca entender por que existe e tenta explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça para intuir as consequências que terão para a vida humana.

Ainda sobre pesquisa qualitativa, segundo (Flick, 2004, p. 27-28):

A pesquisa trabalha com textos produzidos a partir de entrevistas e observações. [...] é orientada para a análise de dados concretos em sua particularidade temporal e local, partindo de expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais.

Diante disso, entendemos que esse é um dos melhores métodos para que possa realmente desenvolver uma pesquisa com a qualidade esperada e que possibilite algumas ‘respostas’ aos problemas levantados.

A pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes (Cecília, 1993, p. 21).

O método utilizado para coleta de dados será o de técnica de entrevistas, uma das mais usadas nas pesquisas sociais, conforme (Gil 2009, p. 109):

Muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, (...), por sua flexibilidade, é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que parte do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças a sua aplicação.

Por meio de entrevistas, com roteiro semi-estruturado, buscaremos coletar, através de gravações e diário de bordo, o máximo possível de informações, para que possa conhecer e entender a relação de interdependência entre as famílias e os Centros de Educação Infantil. Utilizarei também os documentos produzidos pela instituição, tais

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

como: Regimento interno e projeto político pedagógico, além das atas, especialmente aquelas relacionadas às reuniões de pais.

O método de coleta de dados será aplicado nas famílias envolvidas na pesquisa e a análise de todo material coletado procurará atribuir respostas aos seguintes questionamentos: Como se constroem as relações de interdependência entre a família e o centro de educação infantil? Em que medida a instituição de educação infantil pode contribuir para a (des) funcionalização, ou não, das famílias?

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ariés P, (1981) História Social da criança e da Família.

Brasil, (1988). Constituição Federal.

Dias, (1992). Vivendo em família: Relações de afeto e conflito, 2. Ed. São Paulo: Moderna.

Elias N (1980). La Civilización de los padres y otros ensayos. Traducción al castellano de Vera Weiler, profesora de La Universidad Nacional de Colombia, Grupo Editorial.

Elias, N (1994). A sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

Elias, N (1994). Processo civilizador: Uma história dos costumes. Vol.1. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar.

Flick, W (2004), Uma introdução a pesquisa qualitativa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Haddad, L (1993). A creche em busca de identidade. São Paulo: Loyola.

Kuhlmann. M (1998). Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação.

Kuhlmann. (2004) Sobre a história da infância. In: Faria Filho, Luciano Mendes (org). A Infância e sua Educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Lei 8069/90, (2000). Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília.

## II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

---

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Paschoal, D E Gomes, M. (2009). História da educação infantil no Brasil: Avanços retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR on-line, Campinas.

Sarat, M (2009). Histórias de Infância, Memórias de escola e suas implicações à educação infantil. In: ROGRIGUES Elaine, História da Criança e da Educação Infantil. 1º edição. Maringá UEM.

Sarat, M (2009). Relações entre gerações e processos civilizadores. In: GOETTERT, D, Jones e SARAT, M (orgs) Tempos e espaços civilizadores: Diálogos com Norbert Elias. Dourados MS: UFGD.

Triviños, A N S (1995). Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa. São Paulo: Atlas.